

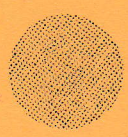
Circular

5

11/3/71

boletim interno dos colaboradores da a.e.f.c.l.

SEMINÁRIO INTERNO



TRABALHO SINDICAL

Introdução

O texto que se segue, primeira adiega ao tema do próximo seminário interno sobre as "Características do Trabalho Sindical", integra transcrições de documentos úteis pelos dados que fornecem e pelo modo mais ou menos correcto de os enquadrar.

Nalguns pontos, porém, os próprios colaboradores que os recolheram estão em desacordo com as opiniões neles apresentadas, tendo achado no entanto de interesse que a sua discussão fosse levada a cabo na própria sessão de seminário, no Sábado às 15 horas.

O sentido geral é pois o de levantamento de pontos de discussão, mais do que a apresentação de conclusões chegadas em anteriores reuniões de preparação.

Evolução da Organização do Operariado

"O proletariado passa por diferentes etapas de evolução, mas a sua luta contra a burguesia começou assim que nasceu.

Ao princípio, a luta entabulada por operários isolados; em seguida por operários da mesma fábrica, e por fim, pelos operários do mesmo ofício contra a burguesia que os explora directamente. Não se contentam em dirigir os seus ataques contra o modo burguês de produção, e dirigem-nos contra os próprios instrumentos de produção; destroem as mercadorias estrangeiras que lhes fazem competição, destroem as máquinas, queimam as fábricas e esforçam-se em reconquistar a posição perdida do artesanato da Idade Média.

Neste momento o proletariado forma uma massa disseminada por todo o país e desunida pela competição. Se alguma vez os operários formam massas compactas este facto não é todavia a consequência da sua própria unidade, mas da da burguesia, que para atender aos seus fins políticos deve pôr em movimento o proletariado, sobre o qual tenha todavia o poder de fazê-lo. Durante esta fase os proletários não combatem ainda os seus inimigos mas os adversários dos seus inimigos, quer dizer os resíduos da monarquia absoluta, proprietários territoriais, burgueses não industrializados, pequenos burgueses. Todo o movimento histórico é desta maneira concentrado nas mãos da burguesia; toda a vitória alcançada nestas condições é uma vitória burguesa!"

"Ora bem; a indústria, no seu desenvolvimento não só aumenta o número de proletários mas também os concentra em massas mais consideráveis; os proletários aumentam em força adquirem consciência da sua força. Os interesses, as condições de existência dos proletários igualam-se cada vez mais à medida que a máquina apaga toda a diferença no trabalho e reduz quase por toda a parte o salário a um nível igualmente inferior. Como resultado da crescente competição dos burgueses entre si, e das crises comerciais que ocasionam, os salários são cada vez mais flutuantes; o constante aperfeiçoamento da máquina coloca o operário em mais precária situação; os choques individuais entre o operário e o burguês adquirem cada vez mais o carácter de colisões entre duas classes. Os operários empenham-se em coligar-se contra os burgueses para que os seus salários sejam mantidos. Chegam até a formar associações permanentes na previsão destas lutas circunstanciais. Aqui e além a resistência estala em sublevação.

Às vezes os operários triunfam; mas é um triunfo efémero. O verdadeiro resultado das suas lutas é menos o êxito imediato do que a solidariedade aumentada dos trabalhadores. Esta solidariedade é favorecida pelo aumento dos meios de comunicação que permitem aos operários de localidades diferentes pôr-se em contacto. Depois, basta este contacto, que por todas as partes se reveste do mesmo carácter, para transformar as numerosas lutas locais em luta nacional, com direcção centralizada, em luta de classe. Mas toda

a luta de classes é uma luta política. E a união que os habitantes das cidades da Idade Média levavam séculos a realizar, com os seus caminhos vicinais, os proletários modernos realizam-na em alguns anos por meio das vias férreas.

A organização do proletariado em classe e, portanto, em partido político, é incessantemente destruída pela concorrência que fazem entre si os próprios operários. Mas renasce sempre, e cada vez mais forte, mais firme, mais poderosa."

"Nas primeiras épocas históricas, verificamos, quase por toda a parte, uma completa divisão da sociedade em classes distintas, uma escala graduada de condições sociais. Na Roma antiga encontramos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhoras, vassallos, mestres, companheiros, servos; e, em cada uma destas classes, gradações especiais.

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez senão substituir novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta às que existiram no passado.

Entretanto, a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado.

Dos servos da Idade Média nasceram os burgueses livres das primeiras cidades; desta população municipal, saíram os primeiros elementos da burguesia.

A descoberta da América, o comércio colonial, o incremento dos meios de troca e, em geral, das mercadorias, imprimiram um impulso, desconhecido até então, ao comércio, à indústria, à navegação e, por conseguinte, desenvolveram rapidamente o elemento revolucionário da sociedade feudal em decomposição.

A antiga organização feudal da indústria, em que esta era circunscrita a corporações fechadas, já não podia satisfazer às necessidades que cresciam com a abertura de novos mercados. A manufatura substituiu-a. A pequena burguesia industrial suplantou os mestres das corporações; a divisão do trabalho entre as diferentes corporações desapareceu diante da divisão do trabalho dentro da própria oficina.

Todavia, os mercados ampliavam-se cada vez mais: a procura de mercadorias aumentava sempre. A própria manufatura tornou-se insuficiente; então, o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. A grande indústria moderna suplantou a manufatura; a média burguesia manufatureira cedeu lugar aos milionários da indústria, aos chefes de verdadeiros exércitos industriais, aos burgueses modernos.

A grande indústria criou o mercado mundial preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou prodigiosamente o desenvolvimento do comércio, da navegação e dos meios de comunicação por terra. Este desenvolvimento reagiu por sua vez sobre a extensão da indústria; e, à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolveram, crescia a burguesia, multiplicando os seus capitais e relegando a segundo plano as classes legadas pela Idade Média.

Vemos, pois, que a própria burguesia moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento de uma série de revoluções no modo de produção e de troca.

Cada etapa da evolução percorrida pela burguesia era acompanhada de um progresso político correspondente. Classe oprimida pelo despotismo feudal, associação armada administrando-se a si própria na comuna; aqui, república urbana independente, ali, terceiro estado, tributário da monarquia; depois, durante o período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta, pedra angular das grandes monarquias, a burguesia, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O governo moderno não é senão um comité para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa.

A burguesia desempenhou na História um papel eminentemente revolucionário.

Cada vez que tinha conquistado o poder, a burguesia calcou aos pés as relações feudais patriarcais e idílicas. Todos os vínculos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus "superiores naturais" ela os despedaçou sem piedade, para só deixar subsistir, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duras exigências do "pagamento à vista". Afogou os fervores sagrados do extase religioso, do entusiasmo cavallheiresco, do sentimentalismo pequeno-burgês nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu numerosas liberdades, conquistadas com tanto esforço pela única e implacável liberdade de comércio. Numa palavra, em lugar da exploração velada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, cínica, directa e brutal.

A burguesia despojou da sua auréola todas as actividades até então reputadas veneráveis e encaradas com piedoso respeito. Do médico, do jurista, do sacerdote, do poeta, do sábio fez seus servidores assalariados.

A burguesia rasgou o véu do sentimentalismo que envolvia as relações da família e reduziu-as a simples relações monetárias.

A burguesia revelou como uma brutal manifestação de força na Idade Média, tão admirada pela reacção, encontra o seu complemento natural na ociosidade mais completa. Foi a primeira a provar o que pode realizar a actividade humana: criou maravilhas maiores que as pirâmides do Egipto, os aquedutos romanos, as catedrais góticas; conduziu expedições que empunharam mesmo as antigas invasões e as cruzadas.

A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte as relações de produção e, como isso todas as relações sociais. A conservação inalterável do antigo modo de produção constituía, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. Essa revolução contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com o seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se anticuadas antes de se ossificar. Tudo que era sólido e estável se esfuma, tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são obrigados finalmente a encarar com serenidade as suas condições de existência e as suas relações recíprocas.

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda a parte, explorar em toda a parte, criar vínculos em toda a parte.

Pela exploração do mercado mundial a burguesia imprime um caracter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reaccionários, ela retirou a indústria a sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, indústrias que não empregam mais as matérias primas autóctones, mas sim matérias primas vindas de regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do globo. Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos. Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias desenvolve-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isto refere-se tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais duma nação tornam-se propriedade comum de todas. A estreiteza e o exclusivismo nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis; das inúmeras literaturas nacionais e locais, nasce uma literatura universal.

Devido ao rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e ao constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização mesmo as nações mais bárbaras. Os baixos preços dos seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga a capitular os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de morte, ela obriga todas as nações a adoptarem o modo burguês de produção, constrange-as a abraçar o que ela chama civilização, isto é, a tornarem-se burguesas. Numa palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança.

A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos; aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à dos campos e, com isso, arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida rural. Do mesmo modo que subordinou o campo à cidade, os países bárbaros ou semi bárbaros aos países civilizados, subordinou os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente.

A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. A consequência necessária destas transformações foi a centralização política. Províncias independentes, apenas ligadas por débéis laços federativos, possuindo interesses, leis, governo e tarifas aduaneiras diferentes foram reunidas numa só nação, com um só governo, uma só lei, um só interesse nacional de classe, uma só barreira alfandegária.

A burguesia, durante o seu domínio de classe, apenas secular, criou forças produtivas mais numerosas e mais colossais que todas as gerações passadas em conjunto. A subjugação das forças da natureza, as máquinas, a aplicação da química à indústria e à agricultura, a navegação a vapor, os caminhos de ferro, o telégrafo eléctrico, a exploração de continentes inteiros, a canalização dos rios, populações inteiras brotando na terra como por encanto - que século anterior teria suscitado que semelhantes forças produtivas estivessem adormecidas no seio do trabalho social?

Vemos pois: os meios de produção e de troca, sobre cuja base se ergue a burguesia, foram gerados no seio da sociedade feudal. Num certo grau do desenvolvimento desses meios de produção e de troca, as condições em que a sociedade feudal produzia e trocava, a organização

feudal da agricultura e da manufatura, em suma o regime feudal de propriedade, deixaram de corresponder às forças produtivas em pleno desenvolvimento. Entravavam a produção em lugar de impulsioná-la. Transformaram-se em outras tantas cadeias que era preciso despedaçar; foram despedaçadas.

Em seu lugar, estabeleceu-se a livre concorrência com uma organização social e política correspondente, com a supremacia econômica e política da classe burguesa.

Assistimos hoje a um processo semelhante. As relações burguesas de produção e de troca, o regime burguês de propriedade, a sociedade burguesa moderna, que conjurou gigantescos meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar as potências infernais que pôs em movimento com as suas palavras mágicas. Há dezenas de anos a história da indústria e do comércio não é senão a história da revolta das forças produtivas modernas contra as modernas relações de produção e de propriedade que condicionam a existência da burguesia e seu domínio. Basta mencionar as crises comerciais que, repetindo-se periodicamente, ameaçam cada vez mais a existência da sociedade burguesa. Cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos já fabricados, mas também uma grande parte das próprias forças produtivas já desenvolvidas. Uma epidemia, que em qualquer outra época teria parecido um paradoxo desaba sobre a sociedade - a epidemia da superprodução. Súbitamente a sociedade vê-se reconduzida a um estado de barbárie momentânea; dir-se-ia que a fome ou uma guerra de extermínio lhe cortaram todos os meios de subsistência; a indústria e o comércio parecem aniquilados. E porquê? Porque a sociedade possui demasiada civilização, demasiados meios de subsistência, demasiada indústria, demasiado comércio. As forças produtivas de que dispõe não mais favorecem o desenvolvimento das relações de propriedade burguesas; pelo contrário, tornaram-se por demais poderosas para essas condições, que passam a entravá-las; e todas as vezes que as forças produtivas sociais se libertam desses entraves precipitam na desordem a sociedade inteira e ameaçam a existência da propriedade burguesa. O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas no seu seio. De que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; doutro lado pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição do meio de evitá-las.

As armas que a burguesia utilizou para abater o feudalismo, voltam-se hoje contra a própria burguesia. A burguesia porém não forjou somente as armas que lhe darão a morte; produziu também os homens que manejarão essas armas - os operários modernos, os proletários.

Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, que só podem viver se encontrarem trabalho, e que só encontram trabalho na medida em que este aumenta o capital. Esses operários constrangidos a vender-se diariamente, são mercadoria, artigo de comércio como qualquer outro; em consequência, estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado.

O crescente emprego de máquinas e a divisão do trabalho, despojando o trabalho do operário do seu carácter autónomo, tiram-lhe todo o atractivo. O produtor passa a um simples apêndice da máquina e só se requer dele a operação mais simples, mais monótona, mais fácil de aprender. Desse modo, o custo do operário reduz-se quase exclusivamente aos meios de manutenção que lhe são necessários para viver e perpetuar a sua existência. Ora o preço do trabalho como de toda a mercadoria, é igual ao custo da sua produção. Portanto à medida que aumenta o carácter enfadonho do trabalho, decrescem os salários. Mais ainda, a quantidade de trabalho cresce com o desenvolvimento do maquinismo e da divisão do trabalho, quer pelo prolongamento das horas de labor, quer pelo aumento do trabalho exigido em um tempo determinado, pela aceleração do movimento das máquinas, etc.

A indústria moderna transformou a pequena oficina do antigo mestre da corporação patriarcal na grande fábrica do industrial capitalista. Massas de operários, amontoados na fábrica, são organizadas militarmente. Como soldados da indústria estão sob a vigilância dum hierarquia completa de oficiais e sub-oficiais. Não somente escravos da classe burguesa, do Estado burguês, mas também diariamente, a cada hora, escravos da máquina, do contramestre e, sobretudo, do dono da fábrica. E esse despotismo é tanto mais mesquinho, odioso e exasperador, quanto maior é a franqueza com que proclama ter no lucro o seu objetivo exclusivo." (...)"As camadas inferiores da classe média de outrora, os pequenos industriais, pequenos comerciantes e pessoas que possuem rendas, artesãos e camponeses, caem nas fileiras do proletariado; uns porque os seus pequenos capitais, não lhes permitindo empregar os processos da grande indústria, sucumbiram na concorrência com os grandes capitalistas; outros porque a sua habilidade profissional é depreciada pelos novos métodos de produção. Assim, o proletariado é recrutado em todas as classes da população."



TORRE
do
TOMBO

A 'LIBERALIZAÇÃO' AO NÍVEL DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

EM PORTUGAL --

A base socio-económica do regime político saído do golpe de 1926 e a sua consequente preocupação dominante em assegurar a "paz social", levaram-no em toda a lógica, a montar de alto a baixo uma orgânica a que se chamou "corporativa" e que devia integrar no seu seio, em alegre convívio, patrões e trabalhadores, associados respectivamente em "grémios" e "sindicatos". A este respeito, diz Álvaro Neto, referindo-se á fundamentação ideológica que a classe dominante procurou ir buscar ao lançar o esquema corporativista (que continua de resto, a manter inalterado no plano "doutrinário", apenas tendo introduzido alguma flexibilidade na sua aplicação prática).

"Por cá (...) a doutrina oficial era a de que só uma forma real de democracia - a corporativa - e que todos nela se entendem como Deus com os Anjos. "Paz social", "justiça social", etc., eram formas privilegiadas em declarações dos responsáveis, nos preâmbulos dos decretos, nos textos ou estudos publicados sobre estes assuntos. A nossa legislação social deve ser um dos casos mais típicos a demonstrar a ambiguidade da famosa frase de Lacordaire. "entre o fraco e o forte, é a liberdade que oprime é a lei que liberta". Que se passa então quando a lei é exclusivamente feita pelo forte? A lógica da frase responderá: é a repressão legalizada. Acresce ainda que os textos da Igreja sobre a chamada "questão social" oferecem uma enorme escolha de recomendações, pouco a pouco evoluindo ao sabor da pressão das realidades, onde é possível ir fundamentar qualquer posição, sem muita dificuldade. As doutrinas oficiais em Portugal encontraram justificação na Rerum Novarum ("Intervenha portanto a autoridade do Estado e, reprimindo os agitadores, preserve os bons operários dos perigos da sedução e os legítimos patrões de serem despojados do que é seu.") e posteriormente na Quadragésimo Ano (aludindo claramente ao corporativismo fascista: "O Estado reconheceu juridicamente o "sindicato", dando-lhe, porém, carácter de monopólio, já que só ele, assim reconhecido, pode representar operários e patrões, só ele concluir contratos e pactos de trabalho (...). As corporações são constituídas pelos representantes dos sindicatos de operários e patrões pertencentes á mesma arte e profissão e como verdadeiros e próprios órgãos de Estado, dirigem e coordenam os sindicatos nas coisas de interesse comum. É proibida a greve; se as partes não podem chegar a acordo, intervem a autoridade.. Basta reflectir um pouco para ver as vantagens desta organização, embora sumariamente indicada: a pacífica colaboração das classes, a repressão das organizações e violências socialistas, a acção moderadora de uma magistratura especial.")

Não se pode ser mais claro. Aliás o próprio texto papal que se acaba de referir introduz-nos noutra ponto importante da nossa orgânica corporativa. Repare-se que se fala de organização segundo a "mesma arte e profissão". Pois também entre nós, e não é por acaso, a estrutura "sindical" foi essencialmente orientada no sentido profissional. Como vimos na secção anterior, é este tipo de organização o que melhor assegura a impossibilidade de desenvolvimento de um sindicalismo de massa. Se a enorme divisão que representa pode ser incómoda em termos de autênticas negociações colectivas, ela só oferece vantagens quando essas "negociações" se situam no domínio da ficção. Com grémios organizados "por indústrias" e sindicatos "por profissão" qualquer patrão fica garantido á partida, mesmo em fase de "liberalização", de ter o seu pessoal repartido por diversos sindicatos, impedindo qualquer coesão da "força de trabalho". com base nas condições prevalecentes no sector industrial a que pertença. É elucidativo, e cremos também não ser por acaso, que um dos lados "sectores sindicais" a pôr-se em movimento a partir da nova legislação tenha sido o dos bancários; com efeito, dada a natureza da actividade, dá-se aí o afrontamento de dois blocos homogêneos - os industriais e os empregados bancários - sem que estes se encontrem dispersos por mais de um sindicato.

Restam ainda dois pontos que me parece fundamental acentuar. Em primeiro lugar, o facto de que, em Portugal, dada a forma de "cima para baixo" como foi montada a orgânica corporativa, os "sindicatos" devem ser considerados - pelo menos até 1969 - como fazendo parte da superestrutura político-jurídica, ou seja, do conjunto de instituições destinadas a defender e propagar a ideologia dominante. A forma retrógrada que assumiu em Portugal o sistema capitalista conduziu a esta autêntica aberração, que os novos arautos do progresso (também capitalista) hoje procuram timidamente remediar. Isto conduz-me ao segundo ponto: os "sindicatos" entre nós, dado nunca terem de facto funcionado como tal, não puderam sequer exercer a sua função de agulhão do sistema, que, como já se mencionou, foi lá fora incontestavelmente um dos seus resultados mais objectivos. Dada a fase de acumulação que se viveu desde 1945-1950 com a industrialização feita segundo o esquema descrito pelo Dr. Cor

reia de Oliveira. Esta era por certo uma condição indispensável: o crescimento era mais "extensivo" do que "intensivo", e mesmo nos seus aspectos "intensivos" o acento encontrava-se na sobre-exploração e na concentração de certos sectores, e não na "productividade". O sistema tem, porém, a sua lógica inelutável, e já que a pressão sindical não se fez sentir (nem a concorrência externa), acabaram por vir a surgir outros factores a impor, uma viragem. Assim tinha de acontecer, pois seria impossível a este bucólico rincão capitalista manter-se à margem da tendência mundializadora das remações de troca capitalistas. E acabou por ser através da "exportação" de mão de obra que a nossa burguesia descobriu as urgências de uma "política de mão de obra" e, mais recentemente, de uma certa revitalização das relações de trabalho.

A FASE "LIBERALIZADORA"

Em primeiro lugar há que recordar o que se disse na "longa história" do capítulo I quanto aos factores de mudança surgidos na década de 60 e a alteração das relações de forças que paralelamente se verificou. Despesas militares, emigração (através das remessas de divisas) e turismo determinaram um processo inflacionista com origem evidente na procura - do Estado, dos particulares, dos estrangeiros entre nós - que, amplificado por fortes desequilíbrios estruturais, se veio a traduzir por uma pressão salarial que se começou a sentir mas dificilmente se controlava pelo facto de não vir canalizada pelas vias "sindicais". A própria emigração, já não através das remessas, mas pela rarefacção de mão de obra que foi produzindo gradualmente (de início só nos campos, mais tarde já em actividades industriais), acentuou a tendência para um "deslizamento" salarial, sobretudo na agricultura. Com efeito, há que notar que, no que respeita à indústria, parece estar hoje bem demonstrado que o aumento de salários não excedeu o da productividade e portanto não tem fundamento a tese da "inflação pelos salários".

A estes desequilíbrios, só aparentemente conjunturais veio juntar-se o espectro de uma (ainda que longínqua integração europeia, que a adesão à E.F.T.A. timidamente anunciava. Os "europeus" portugueses terão balbuciado então as primeiras palavras. Não foi difícil encontrá-las. Primeiro: productividade. Depois: gestão, organização. Mais tarde (já a mão de obra fugia em debandada): formação profissional, política de mão de obra.

Mas durante bastante tempo pouco se passou das palavras. Fiziam-se com quem toma uma aspirina. Aliviavam, davam uma certa tranquilidade, suavam "moderno", mas não iam às raízes do "mal". Nem podiam ir, porque, no fundo, era mais forte o sentimento de uma classe, que, durante algumas décadas julgou ter o controle total do processo económico social e que dificilmente aceitava que factores que lhe escapavam a viessem obrigar a actuar de maneira diferente. E quando dizemos "classe" não estamos a desconhecer as diferenças de interesse ou de forças existentes entre sectores distintos no seu seio. Com efeito, no que respeita ao tratamento das relações capital-trabalho (que mais directamente agora nos ocupam), não queremos que, na fase em que estes factores de "mudança" começaram a manifestar-se, houvesse sectores representativos da classe dominante que preconizassem seriamente uma alteração da política seguida até aí.

Ver-se-á adiante que ainda hoje estes reflexos se mantêm, mesmo ao nível dos principais grupos financeiros-industriais. A passagem de um capitalismo autoritário, fechado e "nacionalista" a um "neo-capitalismo" aberto e europeu - sorte de prestidigitação que está na mente de sectores "avanzados" no momento actual - , sem transição por uma fase de liberalismo político-económico, lá fora efectivamente já ultrapassado, causa problemas de ajustamento ideológico complicados.

Retome-se a análise da génese da actual fase de "liberalização" no campo das relações de trabalho. Os últimos anos do governo de Salazar viram acumular-se incertezas e tensões. Em particular, ter-se-á por essa altura começado a manifestar - ainda que o público mal se desse conta disso, pois estava-se em fase de total repressão dos meios de informação - a divergência entre dois grandes sectores dentro da classe dominante: aqueles interesses - agrários, sectores da pequena e média burguesia industrial e comercial, grande burguesia muito ligada a interesses ultramarinos - que, recusando-se a admitir a inelutável evolução, viam na rigorosa conservação do statu quo a única possibilidade de manter os privilégios que ainda lhe restavam; e os que, conscientes que a evolução se daria, com ou contra eles, julgavam nela, com as necessárias prudências ideológicas. A igreja, já vivendo lá fora os entusiasmos conciliares, acompanhou a "cisão", e daí o aparecimento do que tem vindo a ser conhecido pelos "católicos-progressistas". Enquanto os "tradicionalistas", marcados por uma colaboração de quarenta anos com o poder político, do qual participaram e colheram os frutos, não podiam deixar de alinhar com os sectores mais conservadores, os "pro

TORRE
TOMBO

gressistas" - quase limitados a uma "intelligentsia" - pugnavam pela evolução, quando não se situavam claramente dentro de perspectivas de contestação política. Aliás, entre a pequena e média burguesia se recrutavam os chamados "sectores de oposição", para quem o problema se resumia num retorno ao liberalismo de tipo parlamentar e que centravam a sua luta episódica no tema das liberdades individuais, por vezes matizado por uma linguagem com sugestões socializantes.

Em termos de tratamento da "questão" sindical, como se vão situar estes sectores divergentes? Para os corporativistas de antes quebrar que torcer, tudo o que signifique movimento é um perigo que até agora se pode evitar e a que continuar a combater: quando se põe uma máquina (um processo) em movimento, teóricamente pelo menos pode sempre admitir-se que se possa vir a perder o controle sobre ela, que embale. Reestruturar as actividades económicas (a indústria, em particular), "dinamizar" os sindicatos, descomprimir, ainda que tímidamente, a informação, e por aí adiante, são processos que, postos em marcha, podem auto-acelerar-se. Aonde se irá parar? Que vítimas ficarão pelo caminho? As presumíveis vítimas sabem que a sua luta está perdida de antemão, mas, atemorizadas, recusam-se a acreditar-lo. Os interesses que representam são ainda consideráveis, ainda dispõem de poderes importantes na máquina política, ainda podem paralisar seriamente os mecanismos político-administrativos, a aplicação de certas medidas. Na realidade, esta acção paralizante, ou simplesmente moderadora, insere-se perfeitamente na lógica necessária da actual fase de evolução do sistema, quando vista globalmente. Com efeito, se analisarmos a posição dos sectores ditos avançados, a diferença essencial está em que, embora igualmente atemorizados com a ideia do "movimento", eles compreenderam que, sendo inútil a resistência, a que jogar nele, colocar-se desde já em situação de aproveitar ao máximo os frutos que dele vierem a resultar.

A "política de mão-de-obra", de que tanto se tem vindo a falar a partir da criação do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, reflectia a necessidade de retomar o controle de um "factor de produção" que, através de uma forma de contestação indiscutivelmente poderosa - a fuga -, ameaçava pôr em causa um precário equilíbrio que durante longos anos muitos confundiram com puro imobilismo ou estagnação. Na realidade, o imobilismo existiu, mas não no sentido de completa paralisia da economia: o que se manteve imóvel foi o quadro jurídico-repressivo, foram os esquemas ideológicos. E foi precisamente o facto de se ter, através deste imobilismo ideológico, processado um crescimento económico, que modificou certas relações de força, que originou o impasse a que se chegava nos últimos tempos do governo Salazar. Mas, por isso mesmo, até esse momento, qualquer política de mão de obra estava condenada à partida, pois ela propunha-se ser "activa" e, então, a rigidez era soberana. Por exemplo falar nessa altura, de "participação" não podia passar de jogo de palavras, em que ninguém seriamente acreditava. Ou, também, de revitalização dos sindicatos. E, no entanto são estes temas em que se insiste fortemente no III Plano de Fomento, a par de produtividade, relações humanas, repartição dos rendimentos, formação profissional, etc..

O novo governo apareceu, então, como o intérprete destas mesmas ideias e, embora numerosos dos seus membros tenham estado profundamente associados à política e à própria elaboração ideológica do anterior, pôde, num país muito desmobilizado e servindo-se de métodos mais modernos, assegurar-se de uma credulidade nova. Deixou-se, designadamente, de falar em Estado Novo e passou-se a lançar a cada passo, uma fórmula mais descomprometida: o Estado Social. Mas o que é o Estado Social? Escutemos as palavras do Presidente do Conselho: "Já noutras ocasiões tive ensejo de afirmar que o corporativismo continua a ser válido (eu tentava-me mesmo a dizer: cada vez mais válido) como organização e como doutrina. Não me cansarei de repeti-lo. É válido como organização, porque os sindicatos e os grémios não devem ser instrumentos de combate ao serviço de movimentos ou partidos, e sim associações que tenham como único fito os interesses profissionais considerados no conjunto de interesses de toda a comunidade nacional. Os sindicatos e os grémios não podem, por outro lado, ser tratados como associações privadas. O Estado dos nossos dias tem de constituir um Estado Social, em cuja estrutura encontram o seu lugar as organizações de trabalhadores e de empresários. Parece pois bem claro: os sindicatos deverão ser instrumento de colaboração de classes, inseridos na estrutura do Estado. Através do sindicalismo, portanto, e dos mecanismos de aprovação das convenções colectivas, vai tentar-se canalizar, dentro da estrutura do Estado, a tensão reivindicativa da classe trabalhadora, mantendo-a dentro de certos limites, fazer dela um dos elementos da "nova política económica" (mais particularmente da "nova política industrial"). Ao Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra é conferido, enfim, um papel activo e essencial: "talvez que de futuro se torne necessário dar maior divulgação aos estudos que o F.D.M.O. vem realizando em matéria de salários, pois se as entidades responsáveis a nível da administração

pela prossecução da nossa política económica e os dirigentes esclarecidos dos organismos corporativos conhecem bem a profundidade com que o Ministério das Corporações se trabalha já neste domínio e quanta prudência se tem na homologação dos projectos convencionais no que a salários se refere, há sempre quem se incline a fazer pensar que a política praticada se processa sem suficientes garantias de tecnicidade, nem medindo as repercussões económicas da visada promoção social.

Em resumo, ter-se-á a situação seguinte: a fase a que sumariamente chamaremos "detransição", de desenvolvimento do capitalismo em Portugal exige profundas modificações estruturais, e para tanto, a formulação de uma nova política económica. A pressão salarial, dentro desta política, deverá exercer-se num sentido motor da produtividade e orientar-se na linha da reestruturação que se pretende, mas enquadrar-se dentro desses limites. Aos sindicatos vão ser impostos estes limites, mas, em contrapartida, não se vê que participação real lhes cabe na definição daquela política. A "participação" é, portanto, uma nova forma de manipulação, tanto mais grave quanto as "massas" sindicais tenham, de facto, a ilusão de estar a participar. Parece-nos este ponto fundamental: É indispensável que os trabalhadores que encontram um entusiasmo considerável na acção que desenvolvem nos respectivos sindicatos (acção que, de nenhum modo, menosprezamos e, pelo contrário, julgamos da maior importância,) tenham consciência perfeita dos limites apertados a que estão obrigados e da natureza mesmo da "participação" que se lhes pede. É esse o único modo de poderem descobrir a forma de ultrapassar esses limites, que não são mais que a tradução do facto de se tratar de organismo que fazem parte da estrutura do Estado. Ora, o Estado, insista-se não é algo que esteja acima dos interesses das classes, arbitrando-os. O seu papel de árbitro exerce-se, sim, entre interesses divergentes, mas no quadro da classe dominante, de que é a expressão política.

Os sindicatos irão, aliás, muito provavelmente defrontar-se com um dos problemas mais graves que por certo, se depararão à burguesia industrial em fase de reconversão: O da própria reconversão do emprego. Com efeito, um novo arranque industrial e o secretário de Estado da Informação não o tem escondido - passa pela eliminação de grande número de actividades inviáveis e pela criação de outras, mais bem dimensionadas e tecnicamente mais evoluídas. Uma tal transformação, em pura teoria liberal, não poria graves problemas, pois no mercado "transparente" (isto é, cuja mobilidade dos factores fosse infinita), o factor mão-de-obra dirigir-se-ia automaticamente para os pontos onde se manifestassem as novas procuras, ou seja onde fossem efectuados os novos investimentos. Mesmo assim haveria que harmonizar de forma ideal no tempo a criação e o desaparecimento de empregos para que se não dessem desequilíbrios, ou se não acentuassem os já existentes.

É um jogo delicado deste tipo que entre nós se terá, obrigatoriamente, de entregar a burguesia financeiro-industrial. Seria para ela alucinante pensar que um esforço poderoso de investimento conduziria só por si, a "esvaziar" de mão-de-obra as empresas condenadas sem que viessem a manifestar tensões sociais. A política de atração do investimento estrangeiro poderá, contudo, não ser suficiente, junto com o espírito pouco empreendedor do nosso capitalismo (que só agora "se descobre" como tal), para levar de vencida tão espinhoso processo. Em resumo, é natural que fortes tensões sociais, quer a nível regional quer a nível sectorial, se venham a manifestar, e será essa, sem dúvida, uma difícil prova para os rejuvenescidos sindicatos, a quem não deixará de ser pedida uma acção moderadora junto das respectivas hostes, a bem da paz social.

Poder-se-á objectar que, quando existia em Portugal um desemprego ou, pelo menos, um sub-desemprego crónico, estes problemas não se punham. A situação era, porém, bastante distinta. Com efeito, além de que, por um lado, os controles eram nessa altura bem mais seguros, uma situação de passagem do emprego ao desemprego é socialmente muito mais dinâmica que a de uma situação de desemprego crónico. Aliás, é este, incontestavelmente, um dos temores maiores de uma burguesia que continua atáviaamente a ver diante de si o espectro da "agitação social", de que pôde comodamente preservar-se durante largas décadas. E isto por mais que os jovens "tecnocratas" se não cansem de lhe fazer compreender que a simples "agitação social" não impediu as "democracias ocidentais" de prosperar capitalisticamente e continuar em passo acelerado no caminho da "abundância generalizada"...

Talvez por isso mesmo, ao nível da empresa, os eternos patrões "de direito divino", os paternalistas, os "modernos", etc, continuam imperturbáveis a tratar dos problemas de relações de trabalho com a rigidez de sempre e a não se sentir atingidos por quaisquer ventos de "liberalização". Mas também talvez seja por esta via que os trabalhadores venham a tomar consciência da importância do sindicalismo de expressão "industrial" e, mais do que isso, da dimensão extra-sindical, que, para ser socialmente fecunda, terá de adquirir a própria acção sindical. Não é, então, de estranhar que sejam precisamente os conflitos surgidos e desenvolvidos a este nível os que continuam, apesar da "liberalização" a constituir tabu no que respeita à informação ia ser objecto de "severas medidas" da parte das autoridades."

I - CAMPO ESTUDANTIL

Dentro do espírito já exposto no início deste texto, transcrevemos de um documento elaborado pelo Secretariado da R.I.A. em 64/65, "Saindo do escuro", a seguinte análise da evolução e finalidades da movimentação estudantil em Portugal:

1. Finalidades

As finalidades gerais do Movimento Associativo em resolver os problemas estudantis por um lado, e em os integrar na vida nacional, por outro, podem ser esquematizados como segue, tendo sido o critério de esquematização o de processo natural porque surgiram historicamente encadeadas umas nas outras, tendo em conta o facto de que estas finalidades, porque diferentes qualitativamente, exigem métodos de trabalho diferentes.

Assim:

FASE CORPORATIVA

a) Prestação de serviços e gestão - a primeira ideia e a mais natural de um grupo de estudantes, é unirem-se para auxílio mútuo. Mas a breve prazo necessitam dum auxílio exterior (do Estado ou privado), e na procura desse auxílio, agravado pelas primeiras dificuldades da burguesia e dos estudantes dela oriundos, surgem as

b) Reivindicações imediatas - (cantinas, lares, estruturação própria) - mas a insuficiência de satisfação das mesmas, e a necessidade de apoio de uma vasta camada de estudantes, leva à necessidade de

c) Consciencialização associativa - através da qual os estudantes compreendem que nada se resolve com mais auxílio sob a forma de lares ou cantinas, por quanto os problemas são muito mais profundos e levam às reivindicações sindicais.

FASE SINDICAL (enquadramento dos problemas estudantis nos nacionais)

d) Reivindicações sindicais - (Reforma e democratização de todo o ensino, liberdades fundamentais, etc).

Mas para defesa de todas as finalidades anteriores, os estudantes precisam de lutar por um estatuto jurídico, de onde deriva a

e) Representatividade - como "stratum" social, isto é, só as entidades sindicais representam os estudantes.

Estas finalidades (ou leis gerais dum processo associativo estudantil) são constantes em qualquer país do mundo, ontem, hoje e num futuro histórico imediato. O que é variável é o equilíbrio existente entre essas finalidades (podendo algumas aparentemente desaparecerem em certas épocas), e que varia com o regime político vigente e com a evolução histórica.

A ordem destas finalidades é meramente histórica, e não uma ordem de prioridades, que não pode ser estabelecida criando falsos dilemas, como o da prestação de serviços ou reivindicações. Todas as finalidades são complementares e se integram entre si.

O estakelecer destas finalidades foi feito com base num critério sociológico, critério onde parece que o M.A. encontra os seus contornos mais bem definidos. A serem estabelecidos estes conceitos com base noutra critério de análise (Político, p.e.), provavelmente outras finalidades surgiriam como definições, e já seria difícil encontrar as mesmas leis, comuns a diferentes países e a diferentes condições históricas.

II - EVOLUÇÃO HISTÓRICA

a) São factores objectivos da evolução das diferentes finalidades os seguintes:

- O aumento do número de estudantes (em França 20.000 em 1900 para 150.000 na actualidade) que vem provocar problemas cada vez mais difíceis de resolver pela "caridade" das entidades oficiais ou privadas.

- A democratização progressiva pelo aumento dos estudantes das classes trabalhadoras, ou pela radicalização dos estudantes oriundos da pequena burguesia, faz perder o perfeito carácter de classe do princípio do século, quando apenas a alta burguesia tinha acesso à Universidade.

- As grandes convulsões sociais - (crises económicas, guerras, crises universitárias) que provocam uma dinamização geral das estruturas sociais e uma tomada geral de consciência.

- O regimen político - quanto menos liberal o regimen, menor a possibilidade de prestação de serviços, maiores portanto as reivindicações imediatas, por outro lado, mais evoluído historicamente o regimen, menor a prestação de serviços a cargo do MA, menores as reivindicações imediatas, mas maiores as reivindicações sindicais (ou funções de planificação, se estas também satisfeitas) e a de representatividade embora por causas de ordem essencialmente diversa.

b) Em Portugal até ao presente

de

Nas AA.EE. saídas após 1910 da I República certamente se entrou numa fase prestação de serviços, que um Governo não estaria preparado a fazer, mas a era de liberdades políticas correspondente, permite supor que muito era prometido e algo era dado, o que atenuava a fase reivindicativa imediata. Outras etapas de consciencialização, não as permitia ainda o estádio da Universidade.

Podemos supor sem dificuldade que nos anos 30, com a mudança para um regimen que pretendia controlar, através de organizações próprias, e fomentar através duma política social que se propõe capitalizar, mas de que quer os frutos, toda a vida juvenil, doude a estudantil, podemos supor dizíamos, que logo nos primeiros anos as AE viram limitadas as suas possibilidades de prestação de serviços, o que, como vimos, acarreta logo a hipertrofia da fase reivindicativa. E se tal não sucedeu com nitidez histórica até ao após guerra, foi em parte pela própria incongruência dos textos legais que ameaçavam e não cumpriam (embora as AE fossem sujeitas a CA durante alguns anos), pela dinamização geral que a mais tremenda das guerras mundiais trouxe a todas as estruturas sociais.

A consciencialização geral aumenta no após guerra, e o MA encaminha-se a partir de 49, para o alargamento da prestação de serviços, centralização orgânica (CIA), integração nacional (4 Reuniões das 3 Academias e tentativa do I Congresso Nacional de Estudantes), criação do Cine-Clube e do Clube Universitário de Jazz, realização anual do Dia do Estudante. Debilmente fala-se nos problemas nacionais (3º Encontro de Academias), mas o conteúdo reivindicativo é nitidamente voltado em exclusivo para os problemas estudantis (ver conclusões do 4º Encontro na tese de APN e EF). É o começo da fase de ascensão do corporativismo estudantil: reivindicam-se lares, cantinas, orgânica justa, imprensa estudantil, problemas desportivos, transportes, mas não se fala em Reforma Geral do Ensino ou em Democratização.

O fecho da AE de Medicina e o decreto 40.900 ^(Decreto anti-corporativo) lançam a estreia dos métodos sindicais: realiza-se a primeira manifestação com 3000 estudantes, e os contactos com deputados, professores, intelectuais, culmina com exposição ao presidente da Assembleia Nacional e mais tarde aos procuradores à Câmara Corporativa.

A vitória do 40900 em que pela primeira vez na história do regimen, um decreto não é aprovado pela Assembleia Nacional, facilita a fase ascensional do corporativismo estudantil nos anos seguintes. A Batalha do Convívio, o desenvolvimento das intersecções, o estabelecimento de relações internacionais a nível de escola (Medicina e Económicas), a criação dos organismos autónomos TAUL, CDUL, SNIP, mostram a polarização das grandes massas feita em volta de temas exclusivamente estudantis.

Toda a luta de 62, se pelos métodos foi sindical, foi, pela causa que lhe deu origem, pelo estádio de consciência das grandes massas (não obstante o perfeitíssimo aproveitamento realizado), pela hesitação, correcta aliás, de aproveitamento dos grandes temas sindicais, o expoente máximo da força corporativa estudantil.

Mas as conclusões do I Encontro Nacional de Estudantes (Democratização, Reforma do Ensino, Seguro Social), mostram que as sementes sindicais são mais "compreendidas", e nas grandes lutas da Crise de 62, enraizam-se em definitivo nas camadas de vanguarda. Quer dizer, é ainda na fase de crescimento orgânico do corporativismo estudantil, que o sindicalismo vai encontrar o seu crescimento doutrinário.

O começo da variação das condições objectivas (ver atrás), a vitória nas eleições da AAC com a sua importância geográfica, o crescimento do MA do Porto, toda a sedimentação posterior das lutas de 62 junto de maiores camadas, fazem com que o sindicalismo entre na sua fase crescente: o lema do Dia do Estudante de 63 é "Uma Universidade para a Nação", o decreto 44.632 é por essência o decreto anti-sindical, e os temas em 65 conquistados são a liberdade de expressão, a defesa dos direitos fundamentais.

Não temos ainda hoje um sindicalismo português, mas já abandonámos a fase corporativa. Não basta existir as condições objectivas (que já existem, principalmente à custa do aumento da população escolar e das convulsões da crise de 62), não basta usar métodos sindicais, ou lançar directrizes sindicais, ou ter vanguardas consciencializadas. É necessário que os problemas sindicais sejam sentidos pelas grandes massas, que uma larga fase organizativa e cultural se desenvolva dentro da nova tomada de consciência, etapa essa que em França, levou perto de 10 anos a percorrer, e em Portugal levará certamente mais, depois de muitas dificuldades e recuos. É a fase crescente do sindicalismo do ponto de vista organizativo, a acompanhar o crescimento doutrinário. Mas as dificuldades, não é de mais assinalar, terão principalmente origem em 2 grandes riscos: precipitar a evolução sindical, esquecendo certos vestígios corporativos a considerar e taticamente a proteger por outro lado, a rotura com a prestação de:

serviços, levando ao pior dos erros e que é o esquecimento de que o sindicalismo se vai permanentemente gerando da prestação de serviços, que leva às pequenas reivindicações de representatividade.

Encontramos assim o esquema do encadeamento das finalidades concretas do trabalho, inicialmente proposto, como leis de evolução dum processo associativo (ver quadro das finalidades).

Se lançarmos uma vista de olhos de conjunto para trás, veremos sempre as fases reivindicativas e de consciencialização, hipertrofiadas desde 1930, e uma prestação de serviços asfixiando em dificuldades de toda a ordem, e aqui encontramos o fenómeno assinalado: o equilíbrio das finalidades do processo associativo, pode variar, mas não pode perder nenhum dos seus componentes já adquiridos. A mera prestação de serviços em qualquer fase, traria o MA para a esterilidade, para o oportunismo ou para a venda. As fases reivindicativas sem prestação de serviços, trariam o isolamento das vanguardas e a derrocada através da repressão a curto prazo. E sem a consciencialização de 62, não se teria chegado ao sindicalismo, mas também sem este a defesa da representatividade era inútil. O encadeamento das finalidades é patente e perfeitamente sobreponível às leis teóricas do desenvolvimento do processo associativo (ver quadro das finalidades).

c) Significação Futura do MA em Portugal

As contingências históricas, obrigam o MA a prever uma época em que as suas reivindicações imediatas sejam em grande parte satisfeitas e a prestação de serviços, possa ser auxiliada a novos limites. Não será difícil prever um novo rompimento do equilíbrio das finalidades, no sentido do aproveitamento máximo da prestação de serviços e dum reforçar do papel das reivindicações, não já então as imediatas, porque satisfeitas em parte, mas as reivindicações voltadas para problemas mais largos, de difícil (ou melhor, dificultada) resolução. E terá de fazê-lo nessa altura, através do aumento da sua representatividade como estrato social, isto é, entrará na sua fase sindical mais acentuada.

III - O SINDICALISMO ESTUDANTIL

O sindicalismo estudantil representa, dentro do processo intrínseco associativo, a consciência de que as facilidades económicas, que quaisquer entidades queiram dar à condição estudantil (facilidades aos mais favorecidos), não leva à promoção do ensino para os jovens trabalhadores, à democratização do acesso (as facilidades limite máximas, são ainda insuficientes para as classes desfavorecidas), e que as lutas pedagógicas na Universidade, não levam só por si à Reforma Geral de todo o Ensino (primário, secundário, técnico, etc.).

Por outro lado, factores exteriores como as convulsões das guerras mundiais, o aumento veloz do número de universitários (em França, aumentou de 50.000 em 1926, para 150.000 em 1958), as dificuldades progressivas da pequena burguesia, o alargamento progressivo do acesso às camadas trabalhadoras, todos estes factores levam à radicalização das dificuldades económicas dos estudantes. (A existência dum sindicalismo, só se dará em Portugal, quando se der essa radicalização, que ainda não se verifica, embora não reste dúvida que os problemas estão já postos, e as dificuldades tomam esse caminho).

Se o sindicalismo trabalhador provém dum confronto directo entre patrões e trabalhadores, e da noção de salário, o sindicalismo estudantil apresenta-se como um sindicalismo "sui-generis", e a luta de classes bem se põe à margem deste, ao contrário do que com uma visão grosseira, certas entidades o afirmam.

Vejamos algumas diferenças:

Os estudantes habitam em média a Universidade uns cinco anos, o que obriga a formas de consciencialização e métodos de luta essencialmente diferentes, e levanta os problemas de transmissão de experiência acumulada, e de renovação periódica da consciencialização. Daqui deriva que o sindicalismo estudantil tenda a tomar posições mais além que as posições do estudante-médio. Isto é, é um sindicalismo evolutivo, sendo a sua transformação mais rápida que a do sindicalismo tradicional.

O sindicalismo tradicional, define-se pela posição do assalariado face ao patrão, mas o estudante não é um assalariado, e o seu grupo opositor não é o que lhe está imediato, o dos professores, mas o próprio Governo. Não sendo aliás o estudante um assalariado, mas um utente dum serviço público, mais difícil se torna estabelecer a sua representatividade sindical juridicamente. Simplesmente, o Ensino não pode ser um serviço público igual aos outros (como aliás "é encarado entre nós). Pelo carácter económico do investimento intelectual que nele se faz, o estudante é um merecedor potencial de salário no quadro da produção nacional. E é isso que não obstante todas as diferenças, vai aproximar o sindicalismo estudantil, da definição básica do sindicalismo.

Mas deste conceito do estudante como jovem trabalhador intelectual, saído da Carta de Grenoble, que o integra no quadro da produção mundial, derivam direitos e deveres. O sindicalismo estudantil reclama portanto o pré-salário, a democratização do Ensino e a sua Reforma Geral a todos os níveis, o fornecimento dos seus instrumentos de trabalho (laboratórios, bibliotecas, etc.), a protecção social segundo estatuto próprio, o direito ao trabalho depois de formado, e a participação na gestão da Universidade. Rigorosas medidas de selecção de capacidades se devem contrapor, para que o estudante cumpra efectivamente o seu dever.

A diferenciar o sindicalismo estudantil, verificamos ainda que, não obstante o seu quantitativo reduzido, em situações nacionais críticas, pode ainda tomar papel de relevo e de vanguarda, ou debruçar-se sobre o estudo e soluções de problemas nacionais que lhe toque directa ou indirectamente, e os exemplos históricos são numerosos desse papel determinante.

Não parece ter cabimento o problema da perda de finalidades do sindicalismo estudantil. Imaginando todas as reivindicações sindicais satisfeitas, não se assinala o risco de voltar à mera gestão de serviços e portanto à estreiteza dum corporativismo estudantil ou a um sindicalismo conservadorista ou de categorias. O papel que lhe cabe na tarefa da planificação do ensino, sempre em renovação, a colaboração na gestão dos serviços, o debruçar sobre os problemas da juventude em geral, a integração de soluções com os sindicatos trabalhadores, e um papel abertamente político, como uma das fontes da escolha dos governantes, são outras tantas consagrações de um papel estudantil sempre evolutivo. Só o desaparecimento das diferenças entre o trabalho intelectual e o trabalho manual porá fim a essa evolução. Mas as profecias já não cabem aqui. "

extraído do documento "Saindo do Escuro" -
- IV parte do relatório do secretariado da R.I.A. do
ano de 64/65